

Almeida, Maria Antónia Pires de (2002), “Ratinho”, Conceição Andrade Martins, Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, pp. 247-252. ISBN: 972-774-133-9.

Ratinho.

Grupo: Trabalhadores.

Variantes: Algarvio, Beirão, Beirôa, Bimbo, Camarada, Capataz de beirões, Caramelo, Ceifeiro-ratinho, Companheiro, Engajador, Escrevente, Gaibéu, Galego, Manageiro, Mantieiro, Masselão, Migueiro, Minhoto, Novel, Pardaleiro, Passador, Picamilhos, Ratinha, Saquêngo, Serrano, Serviço de malhadores de Beirões, Sobrenovel, Tardão.

Trabalhador sazonal que se desloca em ranchos para realizar empreitadas de ceifas de cereais. É basicamente um **ceifeiro***, mas com características diferentes do trabalhador local. Estes “assalariados sazonais” ou “operários sazonais” (Medeiros, 1976) constituem uma força-de-trabalho semi-proletarizada (Cunhal, 1968) frequente nos campos do Alentejo e Ribatejo até meados do século XX. No sul de Espanha, na campina de Córdoba, também se realizava a contratação de ranchos de segadores exteriores (Alier, 1968). Além do trabalho nas searas, Gonçalves Pereira (1932) também chamou ratinhos aos beirões que sazonalmente vinham trabalhar para o Alentejo, sobretudo nas vindimas.

A designação de ratinho é encontrada desde o século XVII em Livros de Correspondência Militar. Mas a sua presença em fontes como os Livros de Décimas é detectada apenas por via indirecta, por exemplo em alcunhas incorporadas no nome da pessoa (Avis, 1778). Também nos Livros da Montaria Mor do Reino se encontram alguns destes casos, como por exemplo um “Manuel António o Ratinho Trabalhador em Azeitão” (Lavrado, 1779). Isto deve-se ao facto de Ratinho não ser uma profissão, mas apenas uma classificação sazonal e depreciativa, um termo de gíria popular, dada pelos trabalhadores locais, a quem não agradava muito a presença de ranchos a trabalhar de empreitada em troca de salários baixos. Além disso, os livros de décimas recenseavam apenas os contribuintes residentes, não os passageiros. Estes vinham geralmente da Beira, o que vulgarizou a classificação de *Beirões* e realizavam todo o trabalho da ceifa e actividades complementares. Por exemplo na Lavoura de Palma, em Alcácer do Sal, em 1881, encontrou-se, entre outras, a expressão *Serviço de malhadores de Beirões*. Nesta lavoura, o emprego dos *Beirões* para os serviços

mais diversos atingiu enormes proporções: por exemplo, entre Novembro de 1887 e Junho de de 1888, nestes 8 meses viveram e trabalharam na herdade 187 *Beirões*, dos quais 133 homens e 54 mulheres.

Enquanto no Alentejo os trabalhadores vindos das Beiras eram chamados *Ratinhos*, *Cefeiros Beirões* (Livros de Doentes da Misericórdia de Avis, 1847-1871), ou ainda *Cefeiro-ratinho*, na região de Coimbra os trabalhadores que para lá se deslocavam sazonalmente tinham a designação de *Caramelos*. Quanto aos que iam para o Algarve, eram chamados *Bimbos* (Tavares da Silva, 1944).

Além de se deslocarem para ceifas, encontramos trabalhadores que migram sazonalmente para outras finalidades: no Porto e em Lisboa há várias referências a *Galegos* (Listas de Ordenanças, Porto, 1780), trabalhadores vindos da Galiza, mas mais frequentemente com carácter permanente e que realizavam todo o tipo de trabalho, desde serviços domésticos até ao pequeno comércio ambulante (Gravura de galego *agoadeiro*, Museu da Cidade de Lisboa. Séc. XVIII). Também nas vinhas o trabalho dos *galegos* era bem aproveitado: grande parte dos socalcos do Douro construídos no último quartel do século XIX foram feitos por pedreiros “arraianos” da Galiza, das imediações de Melgaço, “cujos bandos, como aves de arribação, aparecem por estes sítios regular e periodicamente no mês de Outubro para de novo se ausentarem para as suas montanhas no mês de Abril seguinte” (Villa Maior, 1876)

Na Casa de Bragança, em Vila Viçosa (*Mercês de D. Teodósio*, 1583), pode ver-se a referência a grupos de *Serranos*, descrito também por Silva Picão como “tosquiadores de lã que se deslocam em *camaradas* da Serra da Estrela para o Alentejo desde o fim de Abril até meados de Junho para as empreitadas de tosquia das ovelhas. Em aperfeiçoamento são os serranos que passam por melhores”. Em Vila Viçosa encontrámos a designação de *Saquêngo*, um apanhador de azeitona de empreitada, que vinha de fora em ranchos semelhantes aos dos ratinhos, com um saco no braço, no qual trazia a sua comida. Orlando Ribeiro refere ainda as designações de *Minhotos* e *Picamilhos*.

Temos ainda referência aos *Algarvios* que se deslocavam ao Alentejo para trabalhar. Os trabalhadores desta região nunca foram muito bem vistos no Alentejo, onde são considerados pouco honestos. Dedicavam-se à compra de cortiça: “Em Abril e Maio começam a aparecer os algarvios, chouteando, em anafados machos, aos grupos de

dois e três, de herdade em herdade, a farejarem o negócio e a comprarem quanto podem. Por vezes, guerreiam-se uns aos outros, sem escrúpulos ou considerações” (Picão, Elvas, 1903). As fontes literárias também são ricas em descrições deste grupo, como por exemplo Manuel da Fonseca na obra *Cerromaior* (1943).

No que diz respeito à literatura, a mais impressionante descrição do trabalho e condições de vida dos ranchos de ceifeiros sazonais é-nos dada pela obra de Alves Redol – *Gaibéus*, escrita em 1939. Este romance imortalizou de forma brutal, característica da corrente Neo-Realista de que foi pioneiro, as migrações sazonais dos beirões para os trabalhos da ceifa do arroz na Lezíria do Ribatejo: “Do Alto Ribatejo e da Beira Baixa, eles descem às lezírias pelas mondas e ceifas. Gaibéus lhes chamam.” Silva Picão dedica aos *Ratinhos* um capítulo inteiro da sua obra, incluindo-os no grupo do *Pessoal transitório*, “aquele que só desempenha misteres especiais, de ocasião, restringidos a determinadas épocas”, como o corta-ramas, as mondadeiras, os ceifeiros-ratinhos, etc. Este autor constitui a referência base para todos os trabalhos que se escreveram sobre a vida numa lavoura alentejana e não há bibliografia sobre este tema que não lhe seja inspirada. São os casos de importantes obras como a *Alfaia Agrícola Portuguesa* ou *O voo do arado*. Na sua descrição destes ranchos, Silva Picão chega ao pormenor de nos fornecer toda uma lista de designações para cada um dos grupos que constituem a organização social dos *Ratinhos*. Para começar, dividem-se em *camaradas*, agrupamentos de trabalhadores a realizar a mesma tarefa. Este termo deriva de Camara, ou de cama, e quer dizer o mesmo que companheiro de casa, e mesa (Bluteau, 1716). Ezequiel de Campos também descreve as “*camaradas* de Beirões nas ceifas”. Este termo é particularmente usado entre as gentes da guerra, alistados na mesma companhia, ou que vivem no campo, ou arraial, debaixo da mesma tenda. Diz-se, também, de gente pertencente a uma mesma facção.

Cada camarada era dirigida pelo respectivo **Manageiro***, **Capataz*** (*Capataz de Beirões*, Lavoura de Palma, 1881) ou **Engajador***. Estas três categorias podiam ser todas acumuladas pela mesma pessoa, que *engajava* os trabalhadores na Beira, isto é, reunia e contratava o grupo depois de saber junto dos lavradores das necessidades de mão-de-obra e de negociar os termos do contrato. Segundo Silva Picão (Elvas, 1903), o *Manageiro* “É um fulano que adquire essa importância por a ter herdado dos seus antecessores, ou por a empolgar (...) ou, enfim, por excepcionais aptidões, que lhe ganharam a simpatia dos amos e a confiança dos companheiros (...) antes de possuir o

penacho, fez largo tirocínio como simples ceifeiro, tornando-se tipo de nomeada entre os seus contrerrâneos. Pequeno proprietário, ou modesto industrial, dispõe de meios suficientes para preponderar sobre os que alicia e dirige” (Silva Picão, Elvas, 1903). Villaverde Cabral (1974) chama a atenção para o facto desta figura ser já a de “um pequeno empresário que faz negócio da compra e venda de força-de-trabalho assalariada”. Os seus lucros “consistem numa quota-parte da soma total obtida nas ceifas de que se incubiu (...) E auferem mais os tais doze vinténs, que lhe paga cada *ratinho*, e as luvas ou propinas que, por uso antigo, recebe dos lavradores. As luvas representam o melhor dos seus lucros. (...) Para um trabalho de três meses, quando muito, é bem bom. Vale a pena vir da Beira...” (Picão).

Além do manageiro podia haver um *Escrevente*, o trabalhador que sabia ler e escrever e anotava os dias que os trabalhadores do rancho trabalhavam ou perdiam, por doença ou outro motivo; também escrevia cartas (Lavoura de Palma, 1881; Leite de Vasconcelos, 1933).

Estes ranchos tinham de se alimentar e hidratar. A alimentação estava sob a responsabilidade do *Masselão*, que amassava a farinha e guardava a *malhada*, onde o rancho dormia (Leite de Vasconcelos, 1933). Em seguida o *Migueiro* partia o pão e fazia as açordas e as migas (sopas de pão), base da alimentação dos ranchos. Outro trabalhador distribuía então a comida e a água pelos campos: o *Mantieiro* ou *Tardão*, “Rapaz ou homem que em besta ou cavalgadura provida de cangalhas, asadas e barris, transporta comida e água para todo o pessoal da ceifa. Nos intervalos coadjuva os enrilheiradores” (Silva Picão, Elvas, 1903). Esta última designação é muito significativa do desespero que por vezes os ceifeiros sentiam pela demora da água, que tardava... Considerando o período do ano e o local em que se realizam as ceifas, o Verão escaldante do Alentejo e do Ribatejo, o aguadeiro era uma figura de importância considerável, que distribuía a água sob as ordens do Capataz. Entre os trabalhadores dos ranchos encontravam-se algumas crianças, como era o caso do *Pardaleiro* (Alves Redol – *Gaibéus*, 1939), cuja função consistia em espantar os pardais durante os trabalhos da ceifa, para que estes não comessem os grãos de arroz que caíam no chão.

Leite de Vasconcelos também nos dá uma lista com as diferentes gradações dos *Beirões*: *Novel*, o que se deslocava pela primeira vez, *Sobrenovel*, o que já ia pelo segundo ano e *Companheiro*, o trabalhador que se deslocava por mais de 3 anos ao

Alentejo e a expressão usada era “companheiro do 3º ano”, do 4º, etc. Este autor descreve ainda a figura do *Passador*, trabalhadores da Beira justos por uma temporada de trabalho, de Novembro a Junho. Este termo é usado em Alcácer do Sal e tem ainda sinónimos para outras zonas do Alentejo: *Macúbios* e *Abibes*.

As mulheres eram uma parte importante destes ranchos. A alcunha *Ratinha* ficou apegada ao nome de algumas. Já em 1690 no Livro de Décimas de Avis encontra-se uma *Caterina de Oliveira Ratinha* e no Hospital da Misericórdia há outro caso. No Ribatejo o feminino de *Gaibéu* era *Gaibéua*, nome dado pelos *Barrões* e *Barroas*, trabalhadores rurais locais. Na sua qualidade de raparigas solteiras (as casadas seriam menos e estariam acompanhadas pelos maridos), não eram muito bem vistas nas localidades de acolhimento, por causa da sua condição de mulher sozinha, desacompanhada. Fora do seu ambiente familiar uma mulher era socialmente inaceitável. Por este motivo, a estas mulheres era atribuído um comportamento sexualmente repreensível, aliado ao facto de serem muitas vezes aliciadas a prostituírem-se com os patrões ou capatazes, ou mesmo com trabalhadores locais. Isto não impediu que algumas ficassem pelo Alentejo, chegando a casar. O pequeno lavrador do romance de Fernando Namora, *O Trigo e o Joio* está casado com uma antiga ratinha. José Saramago na obra *Levantados do Chão* (1980) descreve um encontro entre uma “mulher do Norte” e um rapaz novo da terra, durante a noite: “não sabe a rapaz quem é a mulher, não sabe a mulher quem é o rapaz, melhor assim, não haverá vergonhas à luz do dia...”.

A composição social destes ranchos de trabalhadores migratórios só pode apurar-se de forma indirecta, mas encontra-se descrita em várias fontes: “entre esses homens, não se encontram apenas os que se entregam aos labores do campo nas suas naturalidades, mas também muitos de profissões e hábitos diversos – sapateiros, alfaiates, barbeiros, etc. É que para todos eles, as ceifas do Alentejo proporcionam-lhes melhores lucros do que os ofícios que exercem nos seus rústicos lugarejos” (Silva Picão, Elvas, 1903). Por outro lado, “muitos dos ceifeiros são minifundistas presos à ilusão de uma pequena propriedade (própria ou arrendada) insustentável, pela qual se sacrificam a uma migração que os tornará mais pobres, gastos e doentes...” (Óscar Lopes, Prefácio à 18ª ed. de *Gaibéus*). O rancho de gaibéus “vem aos arrozais amadurecidos da lezíria ao sul do Tejo fazer a ceifa para completar o parco rendimento nas suas leiras familiares, em geral empenhadas à usura, em concorrência com os «caramelos» (ou

«carmelos») vindos, em condições semelhantes, da região de Coimbra, que fica mais ao norte, e ainda os «rabezanos», ou assalariados locais do Ribatejo, que os detestam, porque eles lhes desvalorizam as jornas e os empurram para a estiva ou para o trabalho fabril mais distante.” Esta situação de pequenos proprietários ou rendeiros torna-os diferentes dos trabalhadores locais, geralmente sem qualquer vínculo à terra e coloca-os na dupla categoria de semiproletários e semiproprietários, apresentada por Villaverde Cabral (1974). Álvaro Cunhal (1968) classifica estes movimentos migratórios originários das regiões de pequena propriedade como “um valioso índice da derrota, ruína e liquidação da pequena produção ‘independente’”.

A citada desvalorização das jornas origina alguma tensão: “Às vezes, à vila, chega gente vária. São pedras atiradas a um lago adormecido... Chegam ratinhos, mercenários das ceifas, que entram e saem das vendas com uma pressa amedrontada, apenas para mercar toucinho e uma onça de tabaco, e os olhos alentejanos seguem com ressentimento essa frágil e tenaz vaga de gente, que atravessa províncias para encontrar quem lhe compre o esforço... Ouviam as chalaças clandestinas ou as exclamações depreciativas dos ceifeiros da vila e voltavam a mergulhar no trigo. Após eles, iam ficando medas de cereal, restolhos – uma terra saqueada.” (Fernando Namora – *O Trigo e o Joio*).

Esta tensão entre os trabalhadores locais e os ratinhos é também descrita por Saramago: “Sujeitam-se a ganhar menos, vêm aqui fazer-nos mal, voltem para a vossa terra, ratinhos. Dizem os do norte, Na nossa terra não há trabalho, tudo é pedra e tojo, somos beirões, não nos chamem ratinhos, que é ofensa. Dizem os do sul, São ratinhos, são ratos, vêm aqui para roer o nosso pão...”. E Manuel da Fonseca acrescenta: “Aqueles algarvios estragavam tudo, punham a jorna de rastos. (...) Aquilo devia ser proibido, caramba! Estragavam tudo. Até as mocinhas de treze anos metiam a foice na seara. Um homem casado e com um filho – e uma fedelha qualquer vinda lá de cascos-de-rolha a roubar-lhe a jorna.” (*Cerromaior*, 1943).

Por este motivo, uma das reivindicações dos trabalhadores rurais alentejanos e ribatejanos durante as greves de 1911, além do aumento de salários foi a da “obrigação para os proprietários de não empregar jornaleiros estranhos enquanto os houver na localidade sem trabalho” (Fernando Emídio da Silva, 1913, *in* Cabral, 1974). Villaverde Cabral viu neste fenómeno uma “referência explícita àquilo a que

em Inglaterra se chamaria a *closed shop*: fechar o recrutamento aos operários de fora do sindicato, ou de fora terra, o que, no caso, vem a coincidir”.

Maria Leonor Buescu (1958) também tratou o tema das deslocações dos quinteiro de Monsanto para o Alentejo. Esta autora descreve a caravana que se desloca a pé, com a ajuda de alguns burros para levar a carga: “Durante semanas vivem ao ar livre, suportando por vezes os aguaceiros e trovoadas de Junho. Não importa o calor e o esforço que o trabalho exige; a vida de relação que se estabelece entre esta gente, habitualmente reservada, proporciona um ambiente de alegria e boa disposição.”

Existe ainda a tese da complementaridade ou da reciprocidade entre a pequena agricultura do norte e a grande lavoura do sul por meio das migrações sazonais. Segundo Fernando Medeiros, a grande propriedade capitalista do sul de Portugal só era viável com o recurso à mão-de-obra excedentária que a pequena propriedade lhe dispensava; ao mesmo tempo, esta mão-de-obra excedentária procurava nas grandes explorações alentejanas e da Extremadura o pecúlio ínfimo que lhes permitia subsistir, nas suas regiões de origem, como pequenos proprietários trabalhando por conta própria. Assim, “o recurso das grandes explorações à força-de-trabalho de origem pequeno-camponesa veiculava a integração dos dois polos da agricultura nacional” (Medeiros, 1976; Villaverde Cabral, 1974; Pequito Rebelo, 1926; Kautsky, 1899). Oliveira Martins também aborda este tema no seu Projecto de Lei de Fomento Rural: “É isto socialmente uma vantagem? Em certos casos é, porque a combinação da grande com a pequena propriedade parece ser a mais eficaz para regiões como esta de que trato” (Oliveira Martins, 1887).

As migrações de ratinhos sofreram um aumento com o incentivo à produção do trigo dado pela legislação de 1890. Prolongaram-se por toda a primeira metade do século XX, atingindo o seu auge nos anos 30 com as Campanhas do Trigo. Nos anos 40 mantiveram-se com grande intensidade enquanto a emigração se tornou inviável devido à segunda Guerra Mundial. Quando os países europeus destruídos pela guerra, sobretudo a França e os países do Benelux, necessitaram de grandes quantidades de mão-de-obra para a sua reconstrução, a população rural portuguesa respondeu em massa. O surto de emigração dos anos 50 e 60 para o estrangeiro e para a cintura industrial de Lisboa provocou um grande investimento dos lavradores alentejanos em máquinas agrícolas, assim como o aumento do uso dos respectivos consumíveis, o que fez aumentar o seu custo (Baptista, 1982). O uso de ceifeiras-debulhadoras veio

Maria Antónia Pires de Almeida

acabar com a necessidade desta mão-de-obra sazonal, que nos anos 50 já praticamente não era usada. No entanto, Oliveira Baptista afirma que ainda em 1974 havia migrações temporárias para os “regadios do Caia – Badajoz e Avis” (*idem*). Neste caso já não se tratava de ratinhos, mas sim de *seareiros do tomate*, estudados por Castro Caldas (1988, ver **Seareiro***).